**SOCIALIZAÇÃO, RESISTÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Camila da Silva Melo[[1]](#footnote-1)*

**EIXO TEMÁTICO:** Formação deprofessores e educadores de infância

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a partir do projeto de pesquisa, o qual propõe investigar como que as relações de poder são operacionalizadas entre educadores e crianças nas práticas pedagógicas institucionais no contexto da Educação Infantil. A pesquisa será realizada a partir da matriz interdisciplinar entre Sociologia da Infância, Sociologia da Educação e Ciências da Educação. O estudo terá como unidades de observação centros municipais de Educação Infantil em Maceió e como ferramenta metodológica uma pesquisa qualitativa com estudo de caso.

Palavras-chave:Socializações, Poder, Educação Infantil e Práticas escolares.

1. **JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO**

Depois da atividade de pintura, as crianças tomaram banho de mangueira, Walmir disputava a mangueira com a educadora a todo instante, ele passou a falar a palavra “solta, solta!”, segurando firme. A educadora de referência por sua vez, desligou o registro e disse “Pronto, acabou a água!”, e Walmir respondeu “abe”, se referindo à palavra “abre”. “você é muito cheio de direitos”- a professora disse. (Arquivo pessoal – Relatório de Estagio em EI – 2017)

O diálogo acima foi registrado em uma das observações no campo de Estágio em Educação Infantil numa escola municipal[[2]](#footnote-2). Ao término da nossa observação, permaneci no espaço, analisando as fotos e diário de campo e refletindo a respeito da posição que estava ocupando naquele contexto. Uma professora da Educação Infantil, que encontrava no trabaho de pesquisa uma forma de problematizar as próprias práticas escolares, vivenciadas a partir das experiências na docência com crianças. Indagando, como pontua Bauman (2010, p.22) “como que minhas biografias individuais se entrelaçariam com a história que partilho com os outros?” Por isso, mesmo que brevemente, julgo importante explanar sobre como se deu o meu interesse pelo estudo da categoria criança (escolar) e os processos de socialização mediados pelas instâncias socializadoras (família, escola, trabalho, igreja etc.), em que nesta abordagem exclusivamente nos delimitaremos ao âmbito das instituições pedagógicas, das quais, procuro problematizar aspectos dentro relações estabelecidas entre criança (educandos) e adulto (educadores) dentro das práticas escolares, desenvolvidas em Centros Municipais de Educação Infantil em Maceió.

Pedagoga de formação e tendo como experiência tutoria nas turmas de Educação Infantil, correspondente ao 0-5 anos, por meio das práticas docentes compartilhadas, e a partir da problematização do documento que compõe as Orientações Curriculares Municipais de Maceió (2015) estas, asseguradas através das:

Bases legais da Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Dcnei) e o Plano Municipal de Educação de Maceió.

Estabelece pressupostos especificos de interações entre adultos e crianças, e que tem como objetivo, tencionar estas relações a partir do “*equilíbrio de poder”*; promovendo um “distanciamento de um modelo escolar que, historicamente, influenciou e ainda está presente no ideário e prática da educação infantil, que centraliza as ações no adulto e valoriza apenas aquelas atividades coordenadas pelo professor, acreditando-se que a crianças aprendem apenas o que e quando o adulto lhes ensina” (OCEI/MACEIÓ, p.169).

Nesta perspectiva, a partir do referencial Eliasiano (1980, p. 81) pode-se depreender que o poder é um atributo das relações sociais, é um fruto do contato entre os indivíduos e das suas ações a todo instante, sejam elas no campo político, econômico, cognitivo, etc. Dessa forma, o autor não toma o poder como algo que seja literalmente concreto, ou seja, que está nas mãos de um grupo social – relacionado principalmente ao controle de coisas, de objetos e de pessoas- “o conceito de poder deixou de ser uma substância para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo destas relações que se mantêm num *equilíbrio instável de forças*” (SALLAS, 2001: 219).

 Nesta perspectiva se o poder tem como fonte as relações humanas mais variadas, ele também pode assumir diversas formas diante das transformações sociais, neste aspecto, principalmente aquelas que têm como a tendência em favorecer a socialização em estruturas coletivas fora da família, pois:

Compreendemos que as relações de poder, historicamente, sofrem alterações, havendo novas roupagens, novas distribuições sociais, conforme o período histórico e os grupos sociais. Nesse sentido, “as cadeias de interdependência alargam-se e tornam-se mais diferenciadas; tornam-se consequentemente mais opacas e mais incontroláveis” (ELIAS, 1980, p.73)

Dito isto, ao salientarmos o papel do poder, não nos restringimos apenas ao que ocorre entre senhores e servos, dominadores e dominados, mas pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma família, entre membros de bairros vizinhos; e pode se mostrar também nas mais variadas situações, da maneira que os indivíduos se portam à mesa, a maneira de se vestir, e a aceitação (ou não) em atividades cotidianas de lazer e também pode ser compreendido através das relações dentro do contexto escolar. Neste sentido, Foucault também se afasta de uma concepção de poder localizado, exercido apenas de forma juridica e unilateral, pois para ele, o poder é produtivo, pois produz sujeitos, conhecimentos, comportamentos (entre outras manifestações) através da invenção de estratégias que o pontencializam e do engendramento de saberes que o justificam (2013), ou seja, o poder é operatório e suas relações de forças são singulares, podendo ser entendido como uma rede que atravessa todo corpo social.

Nessa direção, as contribuições recentes da sociologia da Infância numa perspectiva crítica têm permitido principalmente para esta discussão, desconstruir o paradigma tradicional da infância, na qual era concebida como uma fase da vida, natural e universal e as crianças como entidades psicológicas, objetos passivos da socialização numa ordem social adulta. A partir do que nos diz Corsaro (2011), sociólogo e representante do campo da Sociologia da Infância mundial, um dos principais conceitos da sociologia das crianças é a ideia de que as crianças são ativas, agentes sociais criativos e contribuem de maneira significativa para a sociedade de forma reprodutiva e interpretativa. Nesta perspectiva, a partir de uma matriz interdisciplinar entre Sociologia da Infância, Sociologia da Educação e Ciências da Educação, a proposta reporta-se a principio, a um elemento específico das Orientações Curriculares, que como enquadramento , visa analisar dentro dos eixos das ações iniciadas pelas crianças e ações iniciadas pelos adultos[[3]](#footnote-3),como a relação adulto-criança se operacionalizam, diante o pressuposto da proposta curricular da instauração de “*equilíbrio de poder”.*

Assim, o poder nesta perspectiva possibilita exercitar (de alguma forma) a compreensão das relações de poder institucionais e os modos como nos constituimos enquanto sujeitos dentro delas. É, pois, justamente esta forma diferente de ver as relações de poder que poderão nos auxiliar no processo de investigação. Considerando não apenas o papel da agência por parte do educador, mas também, assim como Elias (1980), acreditamos que desde que nasce a criança exerce um poder e o equilíbrio instável do poder sempre está presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre as pessoas. O poder é uma característica estrutural das relações humanas e de todas as relações humanas (p.21).

A partir deste cenário, na tentativa de compreensão do centro das discussões pontuadas nesta proposta, algumas questões apresentaram-se como: será que há resistências e negociação entre tutores (as) e criança neste processo de equilibrio de poder, e/se como se manifestam nas práticas pedagógicas? Em que momentos e por quê? Por outro lado, pensando se de fato há uma mudança de paradigma incorporado nas práticas e nos discursos dos profissionais que lidam cotidianamente com essas crianças? Temos como hipótese que dentro das relações estabelecidas entre adulto-criança nos Centros de Educação Infantis, existem formas específicas de resitências e negociações, por parte das professoras como das crianças, que sob esta perspectiva podem refletir em elementos de poder (interesses) acerca dos processos pedagógicos da instituição.

1. **OBJETIVOS E METAS**

Temos como objetivo geral do nosso trabalho investigar a relação entre práticas pedagógicas institucionais e processos de equilíbro de poder entre crianças e educadores escolares. Por um lado, tentando compreender como são estruturadas, estabelecidas e negociadas com os envolvidos no processo pedagógico as práticas da jornada escolar. Investigando como se configuram entre (as) tutores (as) e crianças dentro do exercicio escolar as relações de interesse. Por outro, contrastando algumas concepções, costumes, condutas, e como isso se relaciona com as representações apreendidas através do cotidiano escolar.

1. **METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO**

Na tentativa de investigação das práticas escolares na Educação Infantil, optamos como critério de utilização um trabalho de campo no contexto de interação e descoberta (MINAYO, 2006), pois acreditamos que “o campo nos permitirá uma aproximação da realidade sobre qual estamos formulando, mas também estabelecer uma interação com os “autores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social”. Para isso, utilizaremos estratégia de investigação qualitativa, com um estudo de caso. Assim, dividimos nosso processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: 1) fase exploratória, 2) trabalho de campo, 3) Análise e tratamento do material documental.

Nesta perspectiva, o principal desafio se apresenta ao pesquisador, é o de localizar-se na escola, já que não é aluno, nem assessor, avaliador etc. Mas é importante ressaltar que esse desafio faz parte do processo de pesquisa de “inspiração etnográfica”, já que o material de pesquisa também é o que as pessoas dizem, fazem, documentam e reagem. Neste ponto, vale destacar a importância de utilizar novas abordagens, sem esquecer o principal foco da pesquisa que é entender também as visões de nossos interlocutores, enriquecendo e dando forma a pesquisa etnográfica (FONSECA, 2000).

As observações realizadas no decorrer da pesquisa serão registradas em Diário de campo, pois a organização dos diários exigida por Malaguzzi parece compor-se como um dos elementos necessários para que a pesquisa não seja automatizada. Trata-se de um testemunho ético (MALAGUZZI, 2001) como pontua Weber (2009):

É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra a cada etapa da reﬂexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas. É o diário por ﬁm que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise. [WEBER, 2009, p. 168].

Realizaremos entrevistas (semiestruturadas e abertas), seguindo um determinado número de questões principais, como: ser professor de crianças pequenas; formação; concepções de crianças, educadoras e escola; etc; como também estaremos abertos para novas questões a partir das vivências do campo. Essas entrevistas serão realizadas durante a interlocução com as crianças e as professoras, tendo em vista o esclarecimento em relação às situações ocorridas na escola. Desse modo, como análise as entrevistas contribuirão (sobretudo) para a compreensão da relação do funcionamento das práticas escolares, no que diz respeito ao propósito das mesmas. Neste percuso, considerarei o discurso dos tutores e crianças a partir de introspecções próprias, gestos como também a fala das vivências nos espaços pedagógicos infantis no âmbito do contexto coletivo profissional, como também sentimentos, reações e opiniões dos agentes.

1. **RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS**

Nesta perspectiva, acreditamos que a proposta de pesquisa seja importante para fomentar mais debates e reflexões acerca da Sociologia da Educação e neste enfoque exclusivamente a EI; Assim, poderemos dar visibilidade a aspectos que podem contribuir para diversos estudos, destinados aos campos de experiências das infâncias no Brasil; Como também, consideramos os elementos de pesquisa como um elemento reflexivo importante para professores que atuam com crianças.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt; May, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed., 2010. Introdução p. 11-30; Cap. 10: p. 263-287;

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Lei Federal de 5/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 21 nov. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/1990-1994/ D99710.htm>.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069, de 13de julho de 1990. 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394. LDB. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, de 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/leis/ L9394.htm>.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 13 abr. 1999.

CORSARO, W. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DURKHEIM, Émile. (1978), **Educação e sociologia**. São Paulo, Melhoramentos. \_\_\_\_\_\_. (1995), A evolução pedagógica. Porto Alegre, Artes Médicas.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Braga, Portugal: Editora Pax Limitada, 1980.

\_\_\_\_\_\_\_\_ (1994). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_\_\_\_ (1994). O processo civilizador - uma história dos costumes (vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Plano Municipal de Educação 2015-2025. Maceió: Semed, 2015. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/elensecom/ documento/2015/08/PME-MACEIO-2015-2025-FINAL.pdf>.

MALAGUZZI, L. La Educación Infantil em Régio Emilia. Barcelona: octaedro,2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

SALLAS, Ana Luiza F. Resenha do livro Os estabelecidos e os outsiders. Campos: revista de antropologia social. Vol 1. UFPR, 2001. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/ article/viewPDFInterstitial/1561/1309> Acesso em: 07 fev. 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Educação. – Maceió: EDUFAL, 2015. 271 p.

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. In: WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Trad. Artur Morao, 3º Ed. Biblioteca 7

1. Graduada em Pedagogia licenciatura plena pela Universidade Federal de Alagoas, mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia pela mesma Universidade. Está Vinculada ao Grupo de pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis)- GEPPECI. Atua como tutora pedagógica. Possui experiências em educação, com ênfase nas áreas relacionadas à Educação Infantil. Contato: melocamilatic@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. O estágio supervisionado começou no segundo semestre de 2008,quando foi instituído como disciplina obrigatória da Educação Infantil, por ocasião da reforma do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, que entrou em vigor em 2006. [↑](#footnote-ref-2)
3. Por ações iniciadas pela criança entendem-se aquelas em que a criança determina o que, como, com o que, com quem brincar ou se engajar em alguma ação de seu interesse e por quanto tempo, no limite estipulado para aquele segmento de tempo. Inversamente, a ação iniciada pelo adulto é aquela em que o poder de decisão está nas mãos do adulto, é ele quem decide o que irá acontecer, que material será preciso para aquela atividade, como as crianças serão agrupadas e como se dará o término. (p. 161) [↑](#footnote-ref-3)